Portugal: Fiscalidade e Competitividade

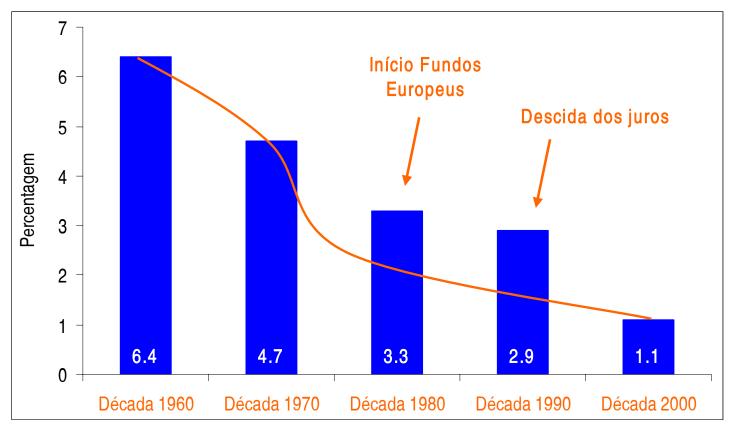
Miguel Frasquilho

Economista

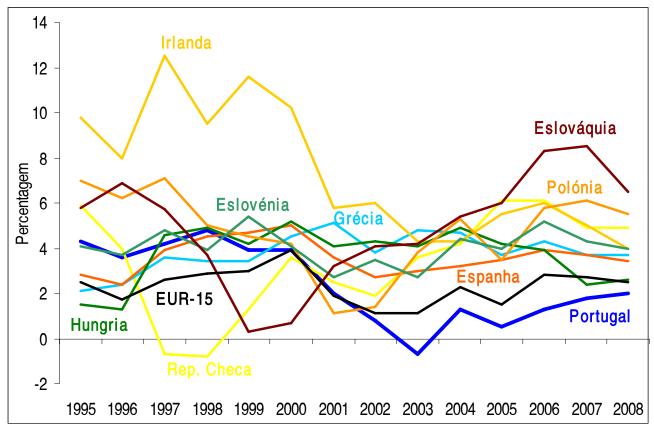
Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Ex-Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças

Agosto 2007



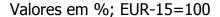
Fontes: Comissão Europeia, cálculos do autor.

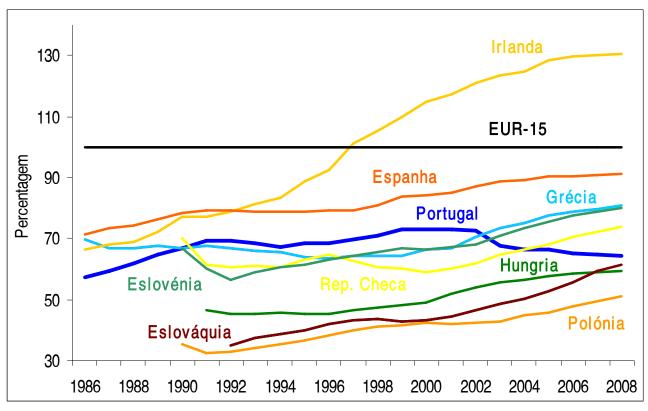


Nota: EUR-15 – Antiga União Europeia com 15 Estados-Membros.

Fontes: Comissão Europeia.

PIB *per capita** em Países Europeus Seleccionados, 1986-2008





^{*} Corrigido pelas paridades do poder de compra.

Fontes: Comissão Europeia, cálculos do autor.

Países da UE-27: PIB per capita*, 2005-2008

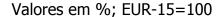
Valores em %; EUR-15=100

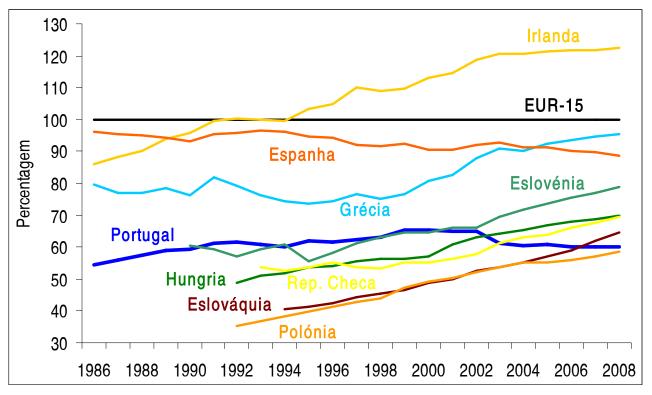
Ranking 2008	País	2005	2006	2007	2008
1	Luxemburgo	231.9	238.5	242.3	246.0
2	Irlanda	128.3	129.7	130.2	130.3
3	Holanda	116.0	116.4	116.8	117.2
4	Áustria	113.6	114.0	114.2	114.1
5	Dinamarca	112.6	113.2	112.8	112.4
6	Suécia	106.0	107.6	108.7	109.7
7	Bélgica	109.1	109.5	109.2	109.0
8	Reino Unido	108.6	108.6	108.6	108.4
9	Finlândia	102.1	104.8	105.4	105.9
10	Alemanha	101.6	102.1	102.4	102.7
11	França	99.9	99.1	98.6	98.2
12	Espanha	90.5	90.5	90.8	91.3
13	Itália	93.0	92.2	91.7	91.1
14	Chipre	82.1	82.0	81.5	81.3

Ranking 2008	País	2005	2006	2007	2008
15	Grécia	77.7	78.9	79.7	80.7
16	Eslovénia	75.6	77.5	78.8	80.1
17	República Checa	68.0	70.4	72.1	73.9
18	Estónia	55.3	60.3	64.2	68.1
19	Malta	66.2	66.3	66.1	65.9
20	Portugal	66.2	65.3	64.7	64.4
21	Eslováquia	52.8	55.8	59.2	61.6
22	Hungria	57.7	58.7	58.9	59.3
23	Letónia	44.9	49.4	53.2	56.5
24	Lituânia	48.1	50.9	53.5	55.7
25	Polónia	45.9	47.6	49.3	51.0
26	Roménia	31.6	33.3	34.9	36.4
27	Bulgária	31.1	32.5	33.8	35.3

Fonte: Comissão Europeia.

^{*} Corrigido pelas paridades do poder de compra.





^{*} PIB por empregado, corrigido pelas paridades do poder de compra; EUR-15 = 100.

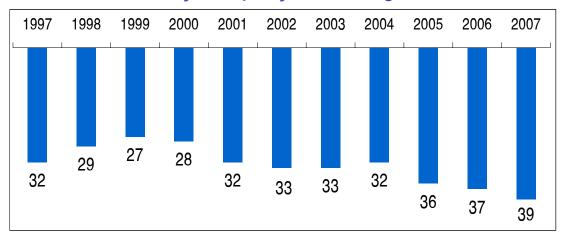
Fonte: Comissão Europeia.

Competitividade: *Quo Vadis*, Portugal?

Ranking de competitividade do IMD, 2007*.

				•
	1	EUA (1)	29	Coreia do Sul (32)
	2	Singapura (3)	30	Espanha (31)
ı	3	Hong Kong (2)	31	Lituânia
	4	Luxemburgo (9)	32	República Checa (28)
	5	Dinamarca (5)	33	Tailândia (29)
	6	Suíça (8)	34	Eslováquia (33)
ı	7	Islândia (4)	35	Hungria (35)
1	8	Holanda (15)	36	Grécia (36)
	9	Suécia(14)	37	Jordânia (40)
I	10	Canadá (7)	38	Colômbia (34)
	11	Áustria (13)	39	Portugal (37)
ı	12	Austrália (6)	40	Eslovénia(39)
	13	Noruega (12)	41	Bulgária (41)
ı	14	Irlanda (11)	42	Itália (48)
	15	China (18)	43	Rússia (46)
	16	Alemanha (25)	44	Roménia (49)
	17	Finlândia (10)	45	Filipinas (42)
	18	Taiwan (17)	46	Ucrânia
	19	Nova Zelândia (21)	47	México (45)
	20	Reino Unido (20)	48	Turquia (43)
	21	Israel (24)	49	Brasil (44)
	22	Estónia (19)	50	África do Sul (38)
	23	Malásia (22)	51	Argentina (47)
	24	Japão (16)	52	Polónia (50)
	25	Bélgica (26)	53	Croácia (51)
	26	Chile (23)	54	Indonésia (52)
	27	Índia (27)	55	Venezuela (53)
	28	França (30)		

Evolução da posição de Portugal**.



- Países como a Estónia, a Lituânia, a República Checa, a Eslováquia ou a Hungria são mais competitivos do que Portugal.
- Dos 24 países da União Europeia monitorizados pelo IMD, encontramo-nos, em 2007, num desconfortável 19° lugar...

Fonte: Institute for Management Development.

^{*} Posição de 2006 entre parêntesis. Os países da União Europeia encontram-se indicados a cor-de-laranja. A Lituânia e a Ucrânia foram incluídas neste *ranking* pela primeira vez em 2007. Sem a Lituânia, Portugal teria descido um lugar de 2006 para 2007 (e não dois, como assim acontece). ** A evolução da posição de Portugal foi calculada pelo IMD utilizando a metodologia de 2007, de modo a garantir a coerência da comparabilidade.

Várias vertentes determinam a competitividade de um país.

Vertentes... Em Portugal...

Posição geográfica

Periférica relativamente ao centro da Europa; privilegiada relativamente a África, Américas



Infraestruturas de transportes

Rodoviária (boa); aeroportuária (Lisboa próximo da saturação); ferroviária (insuficiente)



Custo da mão-de-obra

Mais baixo que na EUR-15; bem mais elevado que nos novos países da UE



Qualificação dos recursos humanos

Muito fraca, seja qual for a realidade comparável



Flexibilidade da legislação laboral

Baixa



Burocracia no ambiente empresarial (administração pública, justiça)

Elevada; grande lentidão na administração pública e na justiça



Fiscalidade (carga fiscal, simplicidade)

Carga fiscal muito elevada; sistema fiscal muito complicado e pouco amigo da competitividade



Todas as vertentes da competitividade são importantes e nenhuma deve ser esquecida.

> Programa do actual Governo ignora a vertente da competitividade na Política Fiscal.

"A política fiscal de um Governo PS assentará em cinco vectores principais:

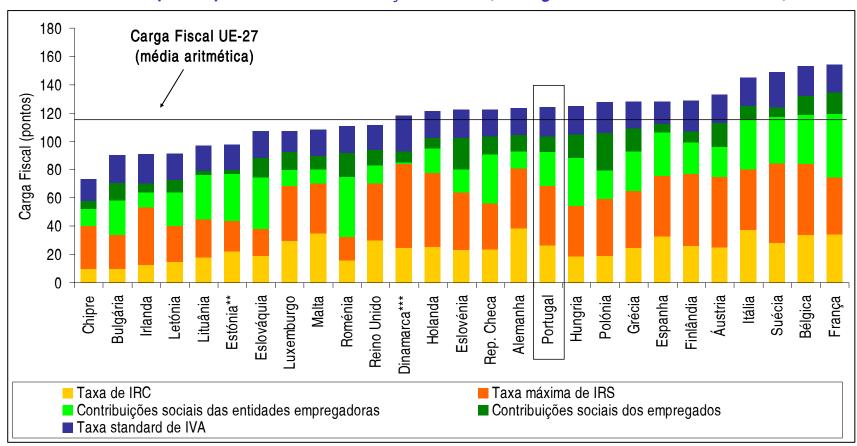
```
a estabilidade;
a equidade;
a transparência;
a simplicidade; e
a eficiência".
```

in Programa do XVII Governo Constitucional

Perante a realidade que enfrentamos, descurar a vertente da competitividade na condução da Política Fiscal é um erro crasso.

Miguel Frasquilho | Portugal: Fiscalidade e Competitividade | Agosto 2007 | . 8 .

Taxas dos Principais Impostos e das Contribuições Sociais, e Carga Fiscal* nos Países da UE-27, 2007.

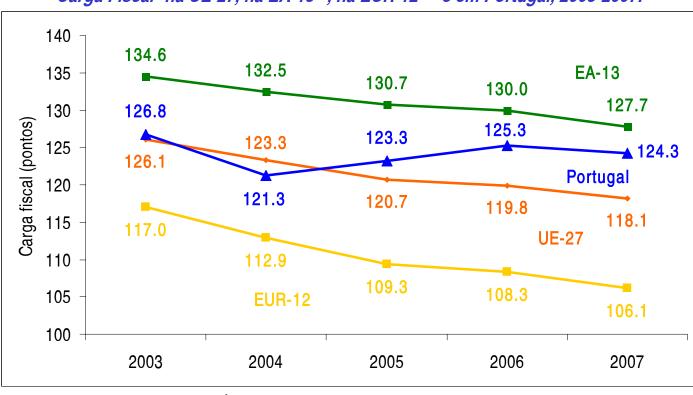


^{*} Obtida como a soma da taxa máxima de IRS, da taxa *standard* de IRC, da taxa *standard* de IVA, e das contribuições para a Segurança Social de entidades empregadoras e de empregados.

Fontes: Comissão Europeia, Forbes Magazine, ING Bank, Ernst & Young.

^{**} Lucros reinvestidos no país não são tributados.

^{***} Taxa de contribuições sociais das entidades empregadoras é um valor médio.



Carga Fiscal* na UE-27, na EA-13**, na EUR-12*** e em Portugal, 2003-2007.

Fontes: Comissão Europeia, Forbes Magazine, ING Bank, Ernst & Young.

^{*} Obtida como a soma da taxa máxima de IRS, da taxa *standard* de IRC, da taxa *standard* de IVA, e das contribuições para a Segurança Social de entidades empregadoras e de empregados.

^{**} EA-13: Zona Euro (Alemanha, Áustria, Bélgica, Eslovénia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo e Portugal).

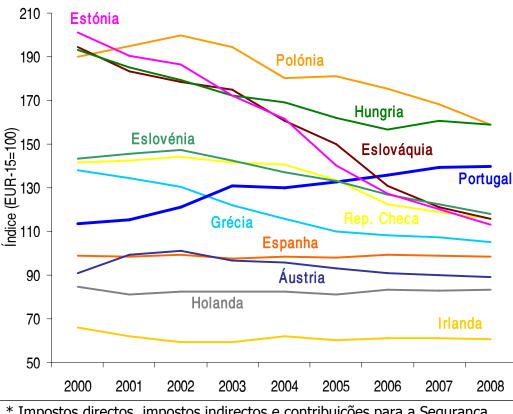
^{***} EUR-12: Países que aderiram à UE em 2004 (Chipre, Estónia, Eslováquia, Eslovénia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e Rep. Checa) e 2006 (Bulgária e Roménia).

Carga Fiscal* versus PIB per capita**, UE-27, 2007.

EUR-15=100

		LUK-13-	100	
Ranking	País	Carga Fiscal * (1)	PIB <i>per capita</i> ** (2)	Carga Fiscal / PIB <i>per capita</i> (3)
1	Luxemburgo	87.5	242.3	36.1
2	Irlanda	79.3	130.2	60.9
2 3	Holanda	97.0	116.8	83.1
4	Reino Unido	93.8	108.6	86.3
5	Áustria	102.7	114.2	90.0
6	Alemanha	98.0	102.4	95.7
7	Bélgica	107.7	109.2	98.7
8	Espanha	89.8	90.8	98.9
9	Finlândia	106.0	105.4	100.6
10	Dinamarca	120.0	112.8	106.3
11	Grécia	85.5	79.7	107.3
12	Suécia	119.5	108.7	109.9
13	França	108.7	98.6	110.3
14	Chipre	93.0	81.5	114.1
15	Itália	106.0	91.7	115.6
16	Rep. Checa	85.8	72.1	119.0
17	Estónia	77.3	64.2	120.4
18	Eslováquia	71.8	59.2	121.3
19	Eslovénia	96.5	78.8	122.5
20	Malta	86.0	66.1	130.2
21	Letónia	73.6	53.2	138.3
22	Portugal	90.0	64.7	139.1
23	Lituânia	75.8	53.5	141.7
24	Hungria	94.8	58.9	160.9
25	Polónia	83.0	49.3	168.4
26	Roménia	66.3	34.9	190.1
27	Bulgária	82.0	33.8	242.7

Carga Fiscal* versus PIB per capita**, em países seleccionados da UE-27, 2000-2008.



^{*} Impostos directos, impostos indirectos e contribuições para a Segurança Social.

Fontes: Comissão Europeia, cálculos do autor.

^{**} Corrigido pelas paridades do poder de compra.



Taxas de IVA nos países da UE-27, 2007

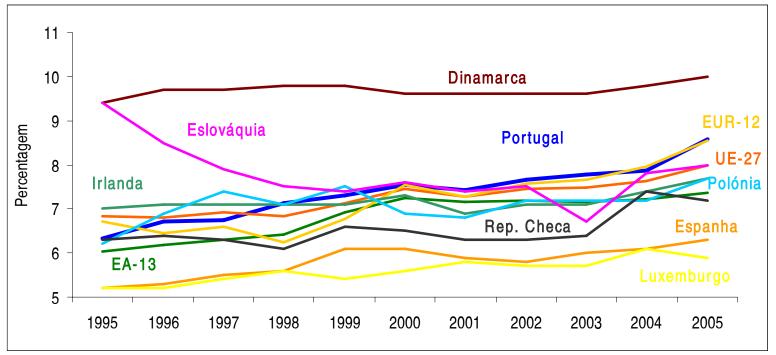
Ranking	País	Taxa normal %	Taxa intermédia %	Taxa reduzida %	Ranking	País	Taxa normal %	Taxa intermédia %	Taxa reduzida %
1	Luxemburgo	15.0	6.0	3.0	15	França	19.6	5.5	2.1
2	Chipre	15.0	8.0	5.0	16	Bulgária	20.0		
3	Espanha	16.0		7.0	17	Eslovénia	20.0		8.5
4	Reino Unido	17.5		5.0	18	Áustria	20.0		10.0
5	Malta	18.0		5.0	19	Itália	20.0	10.0	4.0
6	Estónia	18.0		5.0	20	Hungria	20.0	15	5.0
7	Letónia	18.0		5.0	21	Portugal	21.0	12.0	5.0
8	Lituânia	18.0	9.0	5.0	22	Irlanda	21.0	13.5	4.4
9	Alemanha	19.0	7.0	4.0	23	Bélgica	21.0	10.0	6.0
10	Grécia	19.0	9.0	4.5		Polónia	22.0	7.0	
11	Holanda	19.0		6.0	24				3.0
12	Roménia	19.0		9.0	25	Finlândia	22.0	17.0	8.0
13	Rep. Checa	19.0		5.0	26	Dinamarca	25.0		
14	Eslováquia	19.0			27	Suécia	25.0	12.0	6.0

UE-27 (média aritmética)	19.5	10.1	5.4
EUR-12 (média aritmética)	18.8	9.8	5.6

Fontes: Comissão Europeia, Forbes Magazine, ING Bank, Ernst & Young.

- ➤ Na tributação em sede de IVA, a Espanha é o grande problema de Portugal (é o único país com que temos fronteira...).
- ➤ Tributar o consumo, mesmo que não existam várias taxas de IVA, é progressivo e não "cego", como muitos defendem: quanto mais se consome, mais se paga de imposto...

Peso da receita do IVA no PIB na UE-27 e em áreas e países seleccionados da UE-27, 1995-2005.

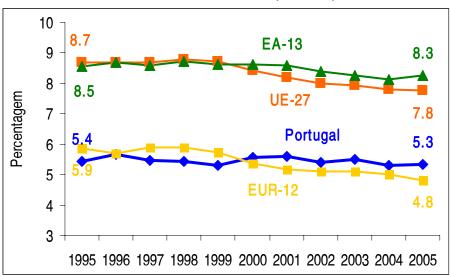


Fontes: INE, Comissão Europeia.

Taxas máximas de IRS na UE-27, 2003-2007.

50 47.5 **EA-13** 44.2 45 42.2 42.0 40 Percentagem 40.0 **Portugal UE-27** 38.4 35 34.8 30 **EUR-12** 28.9 25 20 2003 2004 2005 2006 2007

Peso das receitas do IRS no PIB, UE-27, 1995-2005.



IRS: Taxas máximas (%), peso das receitas no PIB (%) e número de escalões nos países da UE-27, 2007.

Ranking (por taxa)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	12
País	Roménia	Eslováquia	Estónia	Bulgária	Letónia	Lituânia	Chipre	Rep. Checa	Malta	Hungria	Luxemburgo	França	Grécia
Taxa máxima (%)	16.0	19.0	22.0	24.0	25.0	27.0	30.0	32.0	35.0	36.0	39.0	40.0	40.0
% PIB (2005)	2.4	2.8	5.6	3.0	5.8	7.0	3.1	4.6	6.8	6.6	7.3	8.0	5.1
Número de escalões	flat	flat	flat	3	flat	flat	3	4	4	2	17	5	3

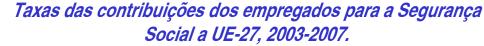
Ranking (por taxa)	12	12	16	16	18	18	20	20	22	22	24	25	26	27
País	Polónia	Reino Unido	Eslovénia	Irlanda	Alemanha	Portugal	Espanha	Itália	Áustria	Bélgica	Finlândia	Holanda	Suécia	Dinamarca
Taxa máxima (%)	40.0	40.0	41.0	41.0	42.0	42.0	43.0	43.0	50.0	50.0	51.0	52.0	56.6	59.0
% PIBb (2005)	3.9	10.5	6.0	7.3	8.6	5.3	6.7	10.4	9.6	12.9	13.5	6.7	15.6	24.6
Número de escalões	3	3	3	2	n.a.	7	4	5	4	5	4	4	n.a.	3

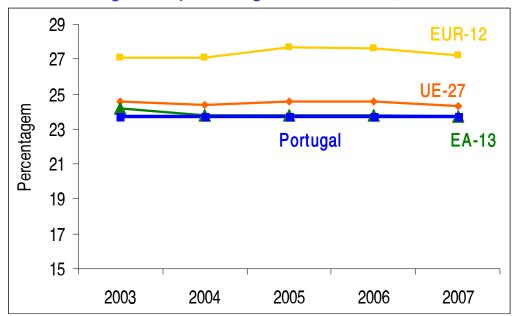
n.a. – informação não disponível.

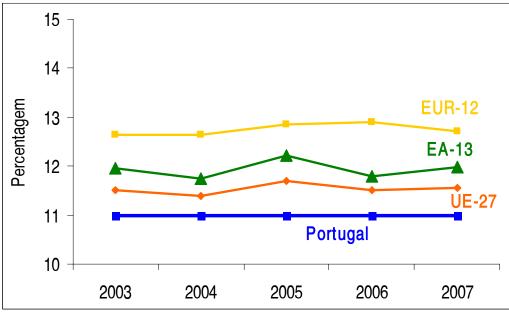
Fontes: INE, Comissão Europeia, Forbes Magazine, ING Bank, Ernst & Young.



Taxas das contribuições das entidades empregadoras para a Seg. Social na UE-27, 2003-2007.







Contribuições para a Seg. Social (empregadores + empregados) nos países da UE-27: taxa (%) e peso no PIB (%), 2007.

País	Dinamarca*	Irlanda	Reino Unido	Malta	Lituânia	Chipre	Letónia	Roménia	Estónia	Bulgária	Luxemburgo	Eslováquia	Portugal	Finlândia
Taxa (%)	9.0	16.5	23.8	20.0	34.0	18.3	33.1	60.0	35.9	36.5	23.6	49.9	34.8	30.0
% PIB (2005)	1.1	4.8	6.9	7.2	8.2	8.3	8.5	9.7	10.4	10.5	10.7	10.8	11.3	12

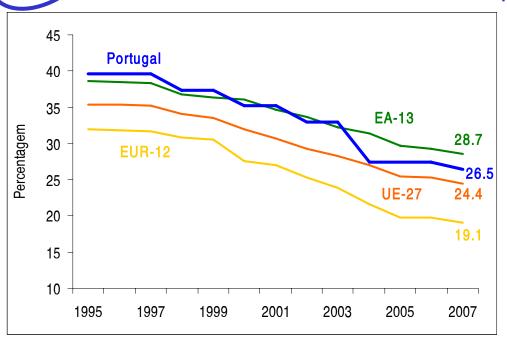
País	Grécia	Espanha	Itália	Holanda	Hungria	Polónia	Suécia	Bélgica	Áustria	Eslovénia	Rep. Checa	Alemanha	França	UE-27
Taxa (%)	44.1	37.0	45.0	24.7	50.5	47.0	39.5	48.0	38.0	38.2	47.5	24.0	60.0	35.9
% PIB (2005)	12.1	12.2	12.6	13.1	13.6	13.7	13.8	13.9	14.5	14.8	15.1	16.3	16.4	11.2

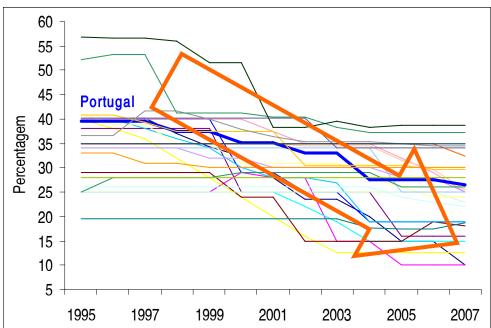
^{*} Taxa de contribuições sociais das entidades empregadoras é um valor médio.

Fontes: Comissão Europeia, Forbes Magazine, ING Bank, Ernst & Young.



Taxas Standard de IRC nos países da UE-27, 1995-2007.





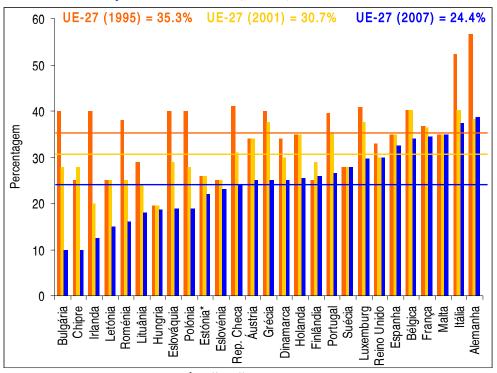
Taxas Standard de IRC nos países da UE-27, 2007 (por ordem crescente, %).

1	1	3	4	5	6	7	8	8	10	11	12	13	13
Bulgária	Chipre	Irlanda	Letónia	Roménia	Lituânia	Hungria	Eslováquia	Polónia	Estónia*	Eslovénia	Rep. Checa	Áustria	Dinamarca
10.0	10.0	12.5	15.0	16.0	18.0	18.6	19.0	19.0	22.0	23.0	24.0	25.0	25.0
13	17	17	18	19		20	21	22	23	24	25	26	27
Grécia	Holanda	Finlândia	Portug	al Suéci	a Luxei	mburgo	Reino Unido Espar		na Bélgio	a Franç	a Malta	Itália	Alemanha
25.0	25.5	26.0	26.5	28.0	2	9.6	30.0	32.5	34.0	34.4	35.0	37.3	38.7

Fontes: Comissão Europeia, Forbes Magazine, ING Bank, Ernst & Young.



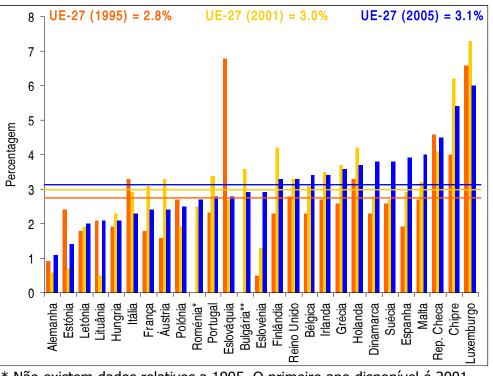
Taxas Standard de IRC (%) nos países da UE-27, 1995, 2001 e 2007.



^{*} Lucros reinvestidos no país não são tributados.

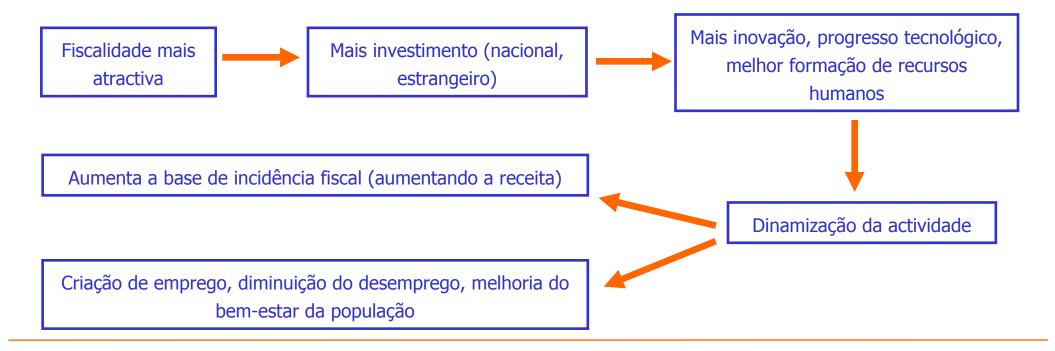
Fontes: Comissão Europeia, Banco de Portugal.

Receita do IRC (% do PIB) nos países da UE-27, 1995, 2001 e 2005.



- * Não existem dados relativos a 1995. O primeiro ano disponível é 2001.
- ** Não existem dados relativos a 1995. O primeiro ano disponível é 2000.
- ➤ Taxas desceram... mas receitas subiram em geral, não prejudicando em nada as finanças públicas (benefício da concorrência; estímulo da actividade económica; desincentivo à fraude e evasão).
- ▶ Nem sempre as maiores taxas geram maior receita (casos da Alemanha, Eslováquia e Irlanda).

- Crescente concorrência internacional na fiscalidade (sobre as empresas, mas não só...) para atrair investimento.
- > Fiscalidade é uma das áreas onde a implementação de medidas pode ser sentida mais rapidamente.
- ➤ Uma fiscalidade atractiva sobre o tecido empresarial é um factor importante para cativar investimento, quer estrangeiro, quer nacional, e os resultados sentem-se a mais curto prazo.
- > O caso irlandês é sintomático, tal como o da Estónia e, mais recentemente, da Eslováquia.



Miguel Frasquilho

Portugal: Fiscalidade e Competitividade

- > Fiscalidade mais atractiva pressupõe...
 - √ ... descida das taxas de imposto (principais impostos, e sobretudo nos impostos directos);
 - ✓ ... simplificação da legislação fiscal e uma redução significativa das isenções, excepções e deduções que hoje tanto dificultam a percepção do contribuinte e dificultam o combate à fraude e evasão fiscais.

Objectivos:

- √ Sistema fiscal mais "amigo" da competitividade e do investimento;
- ✓ Aumento do "bolo" fiscal pela diminuição da fraude e da evasão: a OCDE estima que cerca de 22.5% do PIB escapa à tributação todos os anos (cerca de EUR 30 mil milhões, ou cerca de EUR 10 mil milhões de receitas fiscais perdidas);
- ✓ Mudança da filosofia de redistribuição do rendimento através do sistema fiscal, para ajudas e apoios directos aos grupos da sociedade que se pretende beneficiar, através da despesa pública.
- ► Flat rate: nova realidade na Europa; uma influência que veio do leste Estónia, Letónia, Rússia, Lituânia, Sérvia, Ucrânia, Eslováquia, Roménia, República Checa (em 2008) e que está a interessar (e a influenciar...) o Ocidente.

Miguel Frasquilho

≻ Objectivos:

- ✓ Criar uma conjuntura "amiga" do investimento e da competitividade, tanto para empresas como para famílias;
- ✓ Eliminar as ineficiências e fraquezas do anterior regime fiscal;
- ✓ Atingir o maior grau possível de justiça fiscal tributando todos os tipos e montantes de rendimento de forma igual;
- ✓ Mudar a carga fiscal dos impostos directos para os impostos indirectos (onde a fraude e evasão fiscal é menor);
- ✓ Eliminar as distorções do sistema fiscal enquanto instrumento para atingir objectivos não fiscais (como a redistribuição do rendimento e ajudas directas a determinados grupos da sociedade).
- > 19% passou a ser a taxa de IRC, o escalão único de IRS e a taxa única de IVA.
- Foram eliminadas todas as excepções, deduções e regimes especiais que anteriormente vigoravam e que em muito complicavam o sistema fiscal, ajudando à fraude e à evasão;
- > Foram também extintos os impostos sobre dividendos, sucessões, doações e sobre a transferência de propriedades imobiliárias.

- Número "mágico" de 19% foi encontrado através das estimativas e estudos encomendados (1) ao FMI; (2) ao Instituto de Política Financeira do Ministério das Finanças Eslovaco; (3) a um Comité de Especialistas especificamente criado para o efeito; (4) ao Infostat (o INE da Eslováquia); e (5) à Academia de Ciências da Eslováquia.
- > 19% garantia a neutralidade em termos de arrecadação de receita (PEC a quanto obrigas!...)
- > Revelou-se uma escolha conservadora (receita fiscal tem tido um comportamento mais favorável do que se antecipava).
- > Alterações na fiscalidade NÃO devem ser impedidas pelo estado das contas públicas!

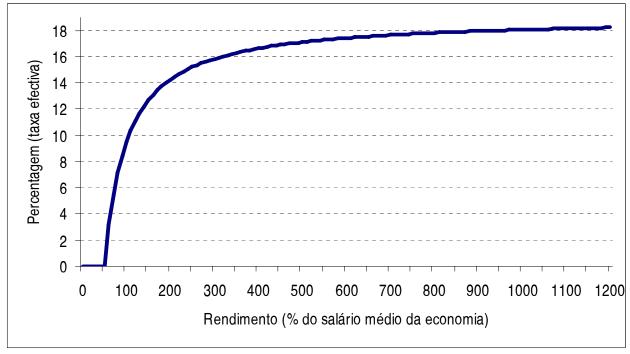
Eslováquia: Receitas fiscais, PIB nominal e real, saldo orçamental e despesa pública, 2000-2008.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Receitas fiscais									
% PIB	20.4	18.8	19.1	19.3	18.3	18.8	17.4	17.1	17.1
Crescimento (%)	3.2	0.0	10.6	10.1	6.3	10.2	3.9	10.2	8.8
Crescimento PIB nominal (%)	10.5	8.4	8.9	9.1	11.8	8.5	11.2	12.1	8.9
Por memória									
Crescimento PIB real (%)	0.7	3.2	4.1	4.2	5.4	6.0	8.3	8.5	6.5
Saldo orçamental (% PIB)	-11.8	-6.5	-7.7	-2.8	-2.4	-2.8	-3.4	-2.9	-2.8
Despesa pública (% PIB)	51.7	43.3	43.3	40.0	37.7	38.1	37.3	36.0	35.6

Fontes: Eurostat, Bloomberg.

▶ Progressividade do IRS – embora menor – continuou a ser assegurada: até um rendimento de 50% do salário médio, ninguém é tributado; daí para cima, toda a parcela remanescente é tributada a 19% – isto é, quanto maior o salário, maior é a taxa média efectiva de imposto.

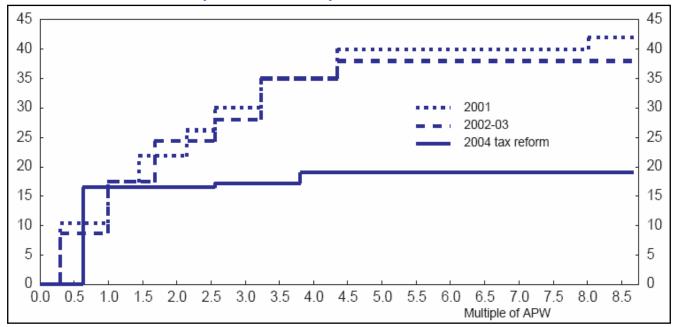
Progressividade da tributação fiscal sobre o rendimento das pessoas singulares na Eslováquia (taxa média) depois da reforma de 2004.



Fonte: Ministério das Finanças Eslovaco.

➤ Comparação das taxas marginais do IRS antes e depois da reforma de 2004 é elucidativa: a carga fiscal diminui bastante, mesmo para algumas classes de menores rendimentos.

Taxas marginais das pessoas singulares (contribuinte não casado) na Eslováquia: antes e depois da reforma de 2004.

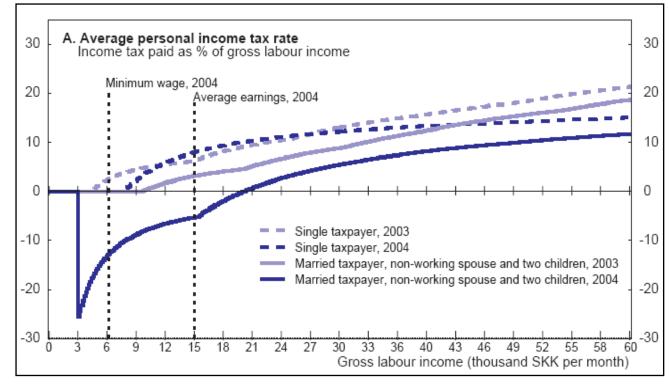


APW – Average personal wage (salário médio).

Fonte: OCDE.

- Aos contribuintes casados com filhos é concedido um crédito fiscal (refundable child tax credit) se pelo menos um dos sujeitos passivos auferir o salário mínimo em 6 meses (durante 12 meses consecutivos).
- Objectivo: aumentar a progressividade do sistema (é menos progressivo do que o tradicional)...
- ... o que pode, também, ser compensado do lado da despesa pública, com apoios directos aos contribuintes com menores recursos, em áreas como a saúde (taxas moderadoras progressivas, por exemplo), ou a educação (propinas progressivas).

Taxas médias de imposto efectivas das pessoas singulares na Eslováquia: antes e depois da reforma de 2004.



Fonte: OCDE.

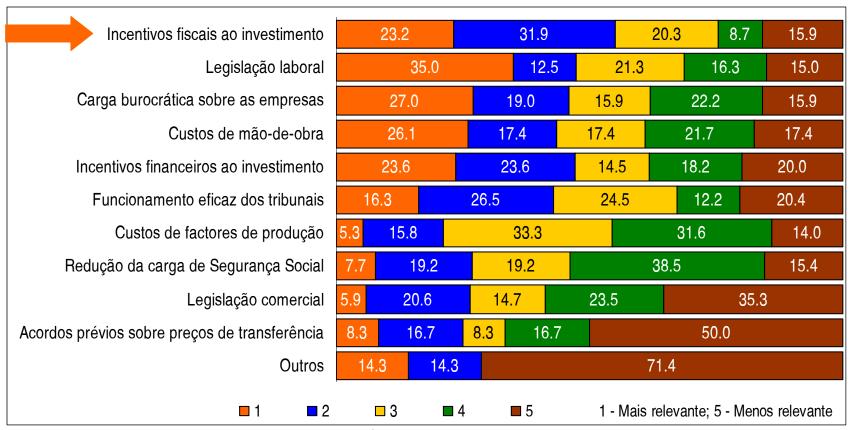
➢ Alteração de filosofia: justiça social passa a ser mais feita do lado da despesa; sistema fiscal é mais simples, com menores taxas, para facilitar o combate à fraude e evasão fiscal e, assim, maximizar a receita cobrada.

- Uma reforma simples, prática e com objectivos bem delineados.
- > Já copiada na Roménia; estudada para possível implementação na Polónia.
- > Assunto está a ser acompanhado na Europa Ocidental.
- ➤ Alemanha, Holanda, Finlândia e Áustria têm vindo a reduzir IRC; França anunciou descida do IRC, reduziu número de escalões do IRS (de 7 para 5, e a taxa máxima de 48% para 40%); Espanha reduziu número de escalões do IRS (de 5 para 4 escalões) e reduziu taxa máxima de 47% para 43%; pondera nova redução do número de escalões para 3; e reduziu IRC para PME.
- ▶ Portugal... segue, infelizmente, e como sempre, atrás dos outros e não à sua frente, como podia ter sucedido em 2002... E assim deixámos de capitalizar a nosso favor uma oportunidade histórica de beneficiarmos como aconteceu com outros países do leste europeu em termos de investimento, criação de emprego, crescimento económico e melhoria do bem-estar da população...
- > Steve Forbes, dono e director da famosa Forbes Magazine:

"(...) a Eslováquia será a próxima Irlanda ou Hong Kong – um pequeno país que se tornará num verdadeiro potentado económico. Poderá despoletar o efeito dominó que transformará o resto da UE num espaço mais livre e empreendedor para as empresas (...)".

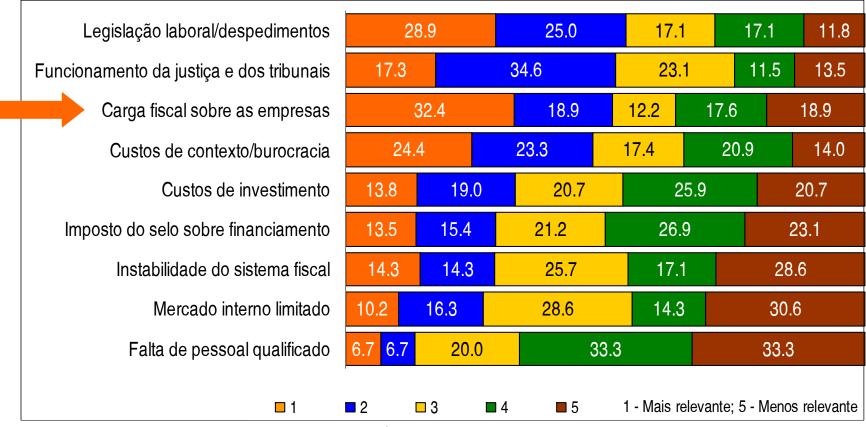
Miguel Frasquilho

Áreas mais importantes para captar investimento estrangeiro*.



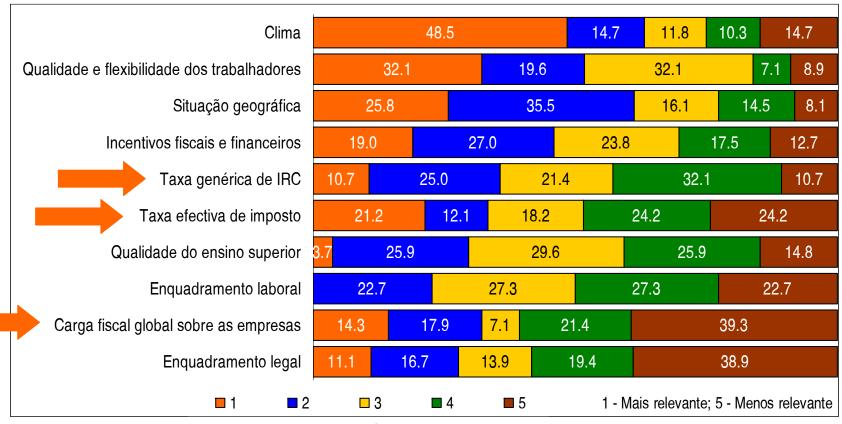
^{*} Valores ordenados por ordem decrescente de importância.

Maiores obstáculos ao investimento estrangeiro*.



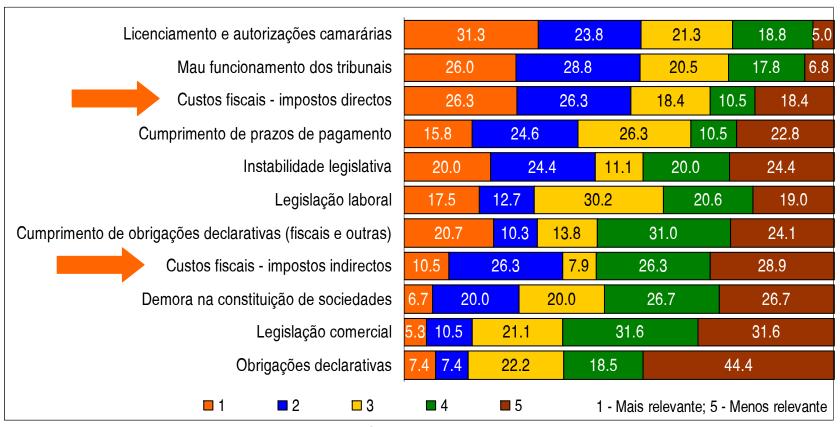
^{*} Valores ordenados por ordem decrescente de importância.

Maiores vantagens comparativas da economia portuguesa*.



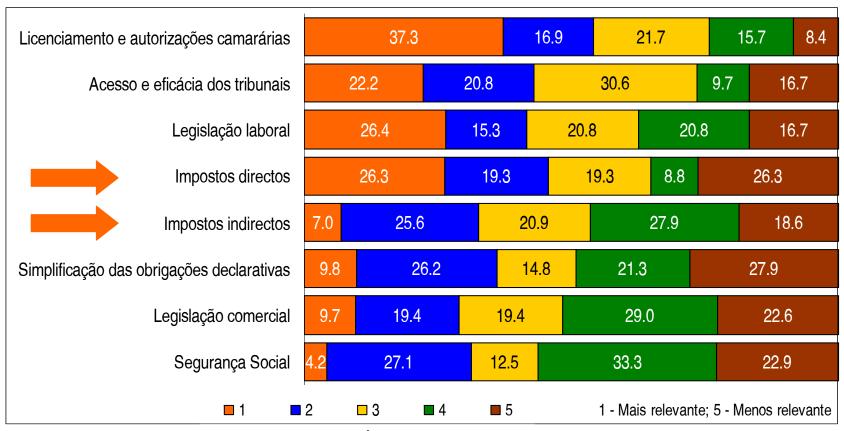
^{*} Valores ordenados por ordem decrescente de importância.

Principais custos de contexto*.



^{*} Valores ordenados por ordem decrescente de importância.

Áreas onde a redução dos custos de contexto seria mais relevante*.



^{*} Valores ordenados por ordem decrescente de importância.

Proposta de Redução de Impostos do PSD: Sem Dúvida, Financeiramente Exequível

Proposta:

- > Descer o IVA de 21% para 20% de imediato e para 19% até final da legislatura
- ➤ Descer o IRC de 25% para 22% de imediato e para 20% até final da legislatura
- É uma proposta que, para além do sentido económico que possui face à realidade que nos rodeia − como se viu
 −, não coloca em causa o objectivo do défice definido pelo Governo. Ou seja, é uma proposta financeiramente exequível e que o Governo só não aceitou porque não quis.
- Vejamos...

Custo de baixar 1 ponto percentual (coeteris paribus)...

... no IVA ... no IRC

EUR 450 milhões

EUR 90 milhões

Assim, a aplicação da proposta do PSD na segunda metade de 2007 custaria...

... no IVA ... no IRC

EUR 225 milhões

EUR 270 milhões

(mas, efectivamente, seria EUR \approx 0, porque os efeitos no IRC são sentidos no ano seguinte)

Miguel Frasquilho

Portugal: Fiscalidade e Competitividade

Agosto 2007

. 31 .

Proposta de Redução de Impostos do PSD: Sem Dúvida, Financeiramente Exequível

➤ Ora...

Défice público de 2006 previsto

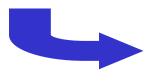
Défice público de 2006 verificado

4.6% do PIB

EUR 7 027.4 milhões

3.9% do PIB

EUR 6 054.8 milhões



Diferença:

0.7% do PIB

EUR 972.6 milhões



Défice público de 2007 anterior

3.7% do PIB

EUR **5 909.4** milhões

Défice público de 2007 rectificado

3.3% do PIB

≈ EUR **5 357** milhões

Diferença:

0.9% do PIB

EUR 1 118 milhões

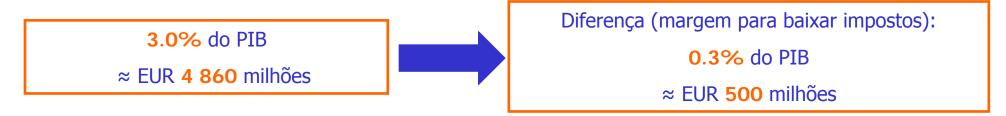
Diferença:

0.6% do PIB

≈ EUR 697.8 milhões

Proposta de Redução de Impostos do PSD: Sem Dúvida, Financeiramente Exequível

A partir das situação de 2006, o défice de 2007 deveria ter sido revisto para...



- ▶ Para um custo da proposta do PSD estimado em EUR 225 milhões...
- Mesmo se o custo da descida da taxa de IRC fosse imputado a 2007 (que não é!...), ter-se-ia uma perda teórica de receita de...



Conclusão: o Governo só não aceitou a proposta do PSD porque não quis!

Conclusão: Fiscalidade e Competitividade

Tendo aderido ao projecto da moeda única europeia logo desde o seu início, em 1999, Portugal não está ainda preparado para enfrentar com sucesso a participação numa União Económica e Monetária como é a Zona Euro (em que as políticas monetária e cambial, tão importantes no passado, deixaram de poder ser utilizadas como instrumentos de política económica). A ausência de reformas estruturais em diversos domínios, bem como de uma consolidação orçamental adequada são as razões primordiais que conduziram a esta situação.

Situação económica continua a ser muito preocupante – como pode um país endividado, pouco produtivo e pouco eficiente voltar a ter um crescimento forte e sustentado, e retomar a convergência com a Europa?

AUMENTAR A PRODUTIVIDADE, pelo AUMENTO DA COMPETITIVIDADE, é a solução. Como tal, nenhuma das vertentes da competitividade deve ser esquecida.

A fiscalidade é uma dessas vertentes, e tem vindo a ser esquecida, o que constitui um erro crasso de qualquer *mix* de política económica virada para a competitividade, sobretudo na realidade global e concorrencial que enfrentamos.

É uma vertente que tem vindo a ganhar uma importância crescente na atracção de investimento, na criação de riqueza e na competitividade de um país, e que não deve ser ignorada por dificuldades orçamentais.

Miguel Frasquilho | Portugal: Fiscalidade e Competitividade | Agosto 2007 | . 34.

Portugal: Fiscalidade e Competitividade

Miguel Frasquilho

Economista

Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Ex-Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças